

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IEPÊ****FORO DE IEPÊ****VARA ÚNICA**

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1000035-96.2023.8.26.0240**
Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Liminar**
Requerente: **Nutrisolo Ltda Me e outros**
Requerido: **Juízo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arthur Lutiheri Baptista Nespoli**

Vistos.

Fls. 2800: Ciente do recolhimento da 7.^a parcela das custas iniciais.**Fls. 2805:** Cadastre-se o advogado indicado para futuras publicações/intimações.

Trata-se de ação de recuperação judicial proposta por NUTRISOLO LTDA. E JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JÚNIOR ME.

Em 04/04/2023, foi deferido o processamento da recuperação judicial com início do "stay period" (fls. 1217/1229).

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado em 10/06/2023 (fls. 2014/2022).

Em 26/09/2023, as recuperandas requereram a prorrogação do prazo *stay period*, nos moldes do art. 6.º, § 4.º e art. 47, ambos da Lei 11.101/2005, por mais 180 (cento e oitenta dias), justificando que o início do feito recuperacional foi bastante tumultuado e que a retomada das ações e execuções individuais, neste momento, as sujeitariam a diversas medidas constritivas, sobretudo buscas e apreensões sobre os maquinários utilizados na lavoura, inviabilizando, assim, a continuidade das atividades e frustrando o êxito da recuperação (fls. 2850/2855).

O administrador judicial opinou favoravelmente à prorrogação, ressaltando que, até o momento, não se verificou qualquer ato protelatório praticado pelas recuperandas, tendo estas apresentado as documentações e cumprido as diligências e prazos tempestivamente até então (fls. 2870/2871).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IEPÊ
FORO DE IEPÊ
VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
Decido.

De fato, é admissível a prorrogação do *stay period* em situações excepcionais, nos moldes do § 4.º, do art. 6.º, da Lei 11.101/05, com as alterações advindas da Lei 14.112/20, por uma única vez, desde que **haja justificativa pertinente** e que se constate que a demora **não decorre de culpa da recuperanda**.

Segue a lição de Marcelo Barbosa Sacramone sobre o tema (Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. p. 116/117):

“A suspensão das execuções em face do empresário em recuperação judicial deverá ocorrer pelo prazo de até 180 dias a contar do deferimento do processamento da recuperação judicial. Por expressa disposição legal, esse prazo era improrrogável na redação original da Lei 11.101/05. Estabelecia a Lei um prazo que entendia suficiente para que os credores deliberassem sobre o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor. Ultrapassado o prazo de 180 dias sem deliberação sobre o plano, as execuções voltariam a tramitar normalmente, independentemente de novo pronunciamento judicial.

A despeito da expressa disposição legal, a jurisprudência consolidou para prorrogar a suspensão sempre que a demora na negociação do plano de recuperação judicial não pudesse ser imputada à devedora. A prorrogação do stay period ocorria, nessas hipóteses, como um meio de preservar a empresa e assegurar que pudesse ser obtida a melhor solução comum aos credores, inviabilizando os comportamentos oportunistas individuais, desde que, ressalta-se, a demora não pudesse ser imputada à própria recuperanda.

Com a alteração legal, consolidou-se na lei esse entendimento jurisprudencial. O prazo de 180 dias de suspensão poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, uma única vez, desde que o devedor não haja concorrido com a suspensão do lapso temporal, como ocorre pela demora de publicação dos editais pela serventia, retardamento de apresentação da lista de credores pelo administrador judicial, suspensões reiteradas da Assembleia Geral de Credores etc. (grifou-se).

Nesse sentido, o entendimento do C. STJ:

“O prazo de 180 dias para a suspensão das ações e execuções ajuizadas em face da empresa em dificuldades, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei 11.101/05, pode ser prorrogado conforme as peculiaridades de cada caso concreto, se a sociedade comprovar que diligentemente obedeceu aos comandos impostos pela legislação e que não está, direta ou indiretamente, contribuindo para a demora na aprovação do plano de recuperação que apresentou” (STJ, AgRg no CC 111614/DF, Segunda Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 10/11/2010).

Sobre o tema, o Enunciado IX do Grupo de Câmaras Reservadas de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IEPÊ

FORO DE IEPÊ

VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Direito Empresarial do E. TJSP preceitua que:

“A flexibilização do prazo do 'stay period' pode ser admitida, em caráter excepcional, desde que a recuperanda não haja concorrido com a superação do lapso temporal e a dilação se faça por prazo determinado”.

No caso dos autos, não há indícios de que as recuperandas tenham retardado atos de sua responsabilidade propositalmente. Pelo contrário, a Administradora Judicial informou que houve cumprimento dos prazos legais, inexistindo indícios de que tenham contribuído para o alargamento do lapso temporal sem submissão do plano à deliberação dos credores. Explicitou ainda que a Assembleia Geral de Credores está na iminência de ser convocada (fls. 2870/2871).

Sendo assim, não há óbice para a prorrogação do período de suspensão, de modo que as empresas em recuperação possam ter maior tranquilidade e sucesso na elaboração do plano de recuperação, nos termos do art. 6.º, § 4.º, c/c art. 52, III, da Lei n.º 11.101/2005.

Art. 6.º (...)

§ 4.º. Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

Art. 52 (...)

III – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

No mesmo sentido é a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Recuperação judicial – Prorrogação do prazo de "stay - Possibilidade de prorrogação em circunstâncias excepcionais e desde que não configurada desídia da recuperanda – Redação do § 4º do art. 6º da Lei 11.101/2005 alterada pela Lei 14.112/2020 – Previsão de prorrogação por igual período - Justificativas razoáveis e ratificadas pela própria Administradora Judicial – Desídia da recuperanda não configurada – Decisão mantida - Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 22777474220228260000 SP 2277747-42.2022.8.26.0000, Relator: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 14/02/2023, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 14/02/2023)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IEPÊ

FORO DE IEPÊ

VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRORROGAÇÃO DO "STAY PERIOD" - Recurso interposto contra a r. decisão que deferiu a prorrogação do "stay period" por mais 90 dias - Banco credor que pede o término da suspensão das ações e execuções ajuizadas em face das recuperandas - Não acolhimento - É permitida a prorrogação do stay period em situações excepcionais, desde que ausente culpa das recuperandas na demora do procedimento recuperacional e a dilação se faça por prazo determinado - Enunciado IX do Grupo Reservado de Direito Empresarial - No caso dos autos, conforme manifestação do administrador judicial, as recuperandas têm atuado de forma diligente, têm cumprido as obrigações legais impostas, não contribuindo para a demora na aprovação do plano de recuperação - Em homenagem ao princípio da preservação da empresa, no momento, a prorrogação se mostra plausível para viabilizar a aprovação do plano de recuperação - RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AI: 22126486220218260000 SP 2212648-62.2021.8.26.0000, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 24/02/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 24/02/2023)

Assim, considerando que não há evidência acerca de morosidade no curso do processo por culpa das Recuperandas, prorrogo o **stay period** por mais 180 (cento e oitenta dias), a contar do vencimento do prazo inaugural, ou até homologação do Plano de Recuperação Judicial, devendo prevalecer o que primeiro sobrevir.

No mais, guarde-se, nos termos da decisão de fls. 2797.

Intime-se.

Iepe, 29 de setembro de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**